

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2021, NA PLATAFORMA ONLINE GOOGLE MEETS – COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Giulia Patitucci (SMDHC), Maria Lisabete (SMADS), Maria Luiza Franco Garcia (SMS), Robson Mendonça (RPR), Cleiton (É de Lei), Kelseny (CLGDH), Heluiza (RPR), Robson (MEPSR), Alderon (Rede Rua), Darcy (MNPSR) **MEMBROS SUPLENTE**S: Maria Luiza Burgareli (SMDHC); **PARTICIPANTES**: Secretária Claudia Carletto (SMDHC), Renato, Rosiene Silvério, Julia Lima (Assesoria Eduardo Suplicy), Wilherson Luiz (DPE), Daniel Biagio, Verônica Brito (CLGHDH), Laura Fiorezi (SMDHC), Carla (SMDHC), Alan Pessoa (SMDHC), Fernanda Nasrallah (SMDHC), Luiza Trotta (SMDHC), Paula Santos (SMDHC).

A Sra. Giulia (SMDHC) deu início à reunião que contou com a participação da Secretária Claudia Carletto (SMDHC). Apresentou a estrutura da reunião, pauta e começou a apresentação da equipe da Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua e das quatro técnicas que atuam no Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da PopRua. A Sra. Rosiene pediu para registrar em ata a importância de apresentar todos os ativos nas reuniões para a secretária. Infelizmente, por conta do tempo, nem todos conseguiram se apresentar.

A Sra. Giulia (SMDHC) abriu para perguntas. A sra. Heluiza (RPR) refletiu sobre as mulheres em situação de rua e a necessidade de realizar distribuição de absorventes nos banhos que estão sendo disponibilizados em praças. O sr. Renato trouxe a demanda por habitação para a população em situação de rua, que é uma luta de anos. O sr. Cleiton (É de Lei) introduziu a questão das pessoas usuárias de substâncias e as demandas por serviços e políticas que sejam voltadas para pessoas transexuais, também pediu maior participação de outras secretarias. O sr. Robson (MEPSR) falou sobre a GCM e seu armamento e do receio do aumento da violência e letalidade contra a população em situação de rua, sobre este assunto, pediu à secretária para que entrasse em contato com a secretaria de Segurança Urbana. Cobrou posicionamento da SMDHC sobre as manifestações contrárias às pessoas em situação de rua que estão acontecendo por parte de parcela da população e pediu inclusão da sociedade civil no conselho gestor de baixas

temperaturas. O sr. Renatinho Sena trouxe a informação de que a campanha de vacinação na Avenida Itapecerica, na Zona Sul, exigia comprovante de residência, algo que a população em situação de rua não pode apresentar. Além disso, colocou também a falta de agentes de saúde preparados para atender esta mesma população.

O sr. inspetor Nicolau pediu a fala para defender a guarda civil, afirmando que esta sempre atua em concordância com os direitos humanos. Diversos participantes do comitê indignaram-se e reforçaram que há diversas ações violentas contra a população em situação de rua e diversas denúncias recebidas. Reforçaram ainda que a sociedade civil precisa e deve se posicionar sobre a GMC.

A sra. Kelseny (CLGDH) reforçou a questão da gravidade dos protestos contrários às pessoas em situação de rua e do quanto isso demonstra uma maior hostilidade. Falou sobre as dificuldades do Comitê em operar seus trabalhos e a necessidade de mais pessoas para assessorar seu trabalho, pois ele encontra dificuldades em enviar ofícios e acompanhar suas respostas. Levantou também a dificuldade em fazer as outras secretarias estarem presentes no Comitê e em se dar continuidade nos subcomitês por falta de pessoas para conduzirem os trabalhos. Alegou a pouca eficácia da Ouvidoria de Direitos Humanos e a necessidade de sua reestruturação para que seja mais eficaz e atuante através de um novo fluxo das denúncias recebidas pelo Comitê, discutindo, por exemplo, a regulamentação desse ponto da lei por meio de decreto. Apresentou a proposta de uma reunião para discussão do tema, sugerindo até mesmo uma câmara de mediação desses conflitos, um GT específico e a articulação de um contato da própria supervisão. Ressaltou a importância do MP e da DPE estarem nesse GT de denúncias/conflitos. Em resposta, Giulia Patitucci sugeriu fazer uma primeira reunião de trabalho e, posteriormente, aprovar em reunião ordinária ou extraordinária.

O sr. Alderon (Rede Rua) solicitou informações sobre o início do funcionamento do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, principalmente considerando o frio e quer saber quando será o início da sua operação. Se posicionou contrariamente ao sistema de bonificação de agentes do SEAS que atuam na ponta com a PopRua, pois isso levará para uma

abordagem de caráter compulsório na oferta de vagas. Reforçou ainda que se as pessoas não aceitam as vagas é porque deve ser melhorado o serviço para que as pessoas confiem e sejam aderentes. O mesmo pediu para que a secretária mediasse uma reunião com o secretário responsável pela pauta de habitação, visto que este não se mostrou disponível em diversos contatos feitos. O sr. Alderon agradeceu a presença da secretária e pediu para que comparecesse mais vezes, considerando o fluxo intenso de demandas. A sra. Rosiene solicitou diálogo da sra. Secretária com o prefeito sobre emenda parlamentar do Vereador Delegado Palumbo de compra de fuzis e carabinas para uso da GCM. O sr. Darcy (MNPSR) inicia sua fala abordando os óbitos que ocorrem principalmente nas baixas temperaturas pois acredita que é muito importante a SMDHC monitorar os óbitos da PopRua junto ao IML e hospitais, prontos-socorros para se traçar um perfil de óbitos.

A sra. Júlia parabenizou pelas tendas que foram feitas na ação de Baixas Temperaturas e também repudiou o fechamento destas por serem essenciais no combate ao frio no momento. Reforçou a importância do Comitê e a não participação de algumas secretarias e dá o exemplo da SEHAB. Também citou o retorno de ofícios do Comitê sem resposta das secretarias. Falou sobre o Programa de Metas, pois nenhuma sugestão do Comitê foi incluída, como houve a inclusão do Programa Reencontro que não foi discutida pelo Comitê como o mesmo não tinha ciência do programa. Questionou sobre o funcionamento e fluxos da Câmara Técnica Intersecretarial pois acredita ser importante para a temática da PopRua. Abordou a questão de habitação e que locação social não pode ser a única proposta para a População em situação de rua, pois apenas 6% está habilitada para concorrer. Reforçou que a habitação sai mais barato que manter pessoas em centro de acolhida além de ser uma solução definitiva.

A sra. Secretária Claudia (SMDHC) retornou que a SMDHC, enquanto Secretaria meio e não fim, por vezes não é executora direta das políticas públicas e sim dialoga e articula com outras Secretarias, o que faz com que muitas das questões levantadas não sejam possíveis de serem respondidas no momento. Sobre a distribuição de absorventes na ação Vidas No Centro, pontuou que será indagado porque ainda não está sendo distribuído já que foi solicitado. Respondeu que conversou com o prefeito sobre habitação ser uma porta de saída importante

das pessoas em situação de rua/da rua e informou que esta é uma política prioritária. Informou que irá encaminhar ao prefeito sobre o armamento da GCM via emenda que irá conversar com a Secretária Elza da SMSU. Sobre a manifestação contrária à População em situação de rua, diz que recebeu uma carta dos manifestantes e que está sendo elaborada uma resposta que pode ser compartilhada com o Comitê. Informou que realizará solicitação para que a Ouvidoria de Direitos Humanos esteja em todas as reuniões deste órgão colegiado. Sobre o Centro de Defesa respondeu que está para ser lançado assim que possível. Em relação a premiação de agentes do SEAS, está sendo discutido com a Comissão de Direitos Humanos. Sobre a questão dos óbitos levantada pelo sr. Darcy está sendo desenhado um fluxo com a Saúde e Assistência Social para que se obtenha os dados de maneira correta. Também conversaria com representantes da saúde para entender como está o processo de vacinação, quais são as exigências para a PopRua, conforme a fala do sr. Renato. Respondendo a sra. Júlia diz que irá tentar uma interlocução com a SEHAB. Afirma que irá comparecer mais vezes ao Comitê e se coloca à disposição.

A sra. Giulia agradeceu o comparecimento da secretária e passou aos informes da reunião:

Informou que houve formações com as equipes de zeladoria urbana e de SEAS da Lapa e está em andamento com as da Sé, que a Subprefeitura da Sé está realizando a lavagem de cobertores recolhidos durante ações de zeladoria urbana para redistribuição. Também informou sobre as denúncias enviadas pela Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama do CAE Família - Art Palácio (infraestrutura, alimentação, conduta dos funcionários) e Autonomia em Foco - Armênia (infraestrutura e conduta dos funcionários). Estão sendo feitas as interlocuções e é proposto pela sra. Giulia que o Comitê PopRua, via ofício para SMADS, relate as denúncias e colocando a CPPSR à disposição para fazer uma interlocução entre CPSE/SMADS e as gestoras dos equipamentos. A Sra. Kelsenly (CDHLG) informou que vem sendo recorrentes as denúncias desses equipamentos além de ameaças de desligamento.

A Sra. Giulia informou que a Ação de Baixas Temperaturas instalou 5 tendas na Cidade em pontos estratégicos. Houve entrega de sopas, atuação de SEAS,

CnR. Aponta que houve o apoio da Defesa Civil e GCM. Ademais, o Prefeito fez um pedido para que as Subprefeituras intensificassem as medidas. Colocou que há uma emenda do Vereador Suplicy destinada à Iniciativa Negra sobre uma Nova Política de Drogas, a qual se destina a uma pesquisa acerca de egressos do sistema penitenciário em situação de rua. Portanto, tem havido uma aproximação da Coordenação com tal temática.

Passou ao retorno dos encaminhamentos: Apontou que foi feita uma planilha para monitoramento dos ofícios do Comitê, também foi enviado ofício sobre o uso de jatos d'água às Subprefeituras, que ainda está em processo de trâmites internos, sem respostas. Quanto à solicitação de vacinação de trabalhadores não conveniados, a SMS apontou a necessidade de manter o calendário nacional de imunização. Todavia, a Sra. Giulia coloca que a vacinação está caminhando rapidamente, já na faixa dos 27 anos, portanto, em breve todos esses trabalhadores serão vacinados. A Sra. Giulia segue e aponta que foram realizadas duas reuniões extraordinárias, como havia sido encaminhado. Quanto ao monitoramento de óbitos, estão sendo feitas reuniões com os órgãos responsáveis, a fim de enfrentar o problema. Quanto à recomendação da inclusão da sociedade civil no Comitê de Baixas, indica que haverá reunião deste no dia seguinte e que a recomendação será levada.

Apontou que foi enviado ofício à SGM acerca da continuidade da Ação Vidas no Centro, bem como ofício à SMUL para inclusão do tema banheiros públicos no PDE e na PLOA. Em relação ao decreto regulamentador, explicou que já há um texto, o qual será enviado às secretarias, algo que é um processo longo, todavia, a expectativa é tê-lo ainda em 2021. Colocou que nesse decreto foi definida a competência para instalação de banheiros. Por fim, quanto à revisão do levantamento de banheiros públicos, inclusive feito pelo É de Lei, aponta que poderia ser chamada uma reunião do Subcomitê Banheiros.

A Sra. Heluiza sugeriu a inclusão de bagageiros junto aos banheiros. O Sr. Cleiton endossa a importância do tema, indicando a necessidade e urgência da implementação, não só para a PopRua. Apontou também a necessidade de funcionamento em tempo integral.

O Sr. Alderon colocou que deve ser agendada uma avaliação da Operação Baixas Temperaturas, propondo a criação de uma política para monitorar o número de mortes da população em situação de rua e suas causas, algo que vá além do período de baixas temperaturas. Apontou também a problemática dos furtos em equipamentos da SMADS, indicando a insuficiência do 156 e a falta de treinamento das equipes de Assistência. Em relação ao Cozinha Cidadã, pontuou que antes de pensar em seu encerramento, deve-se planejar uma política de segurança alimentar, haja vista que o fim do Programa poderia ser uma tragédia à população de rua. A Sra. Giulia propôs que a reunião ordinária de setembro tenha como pautas (I) o balanço da Operação Baixas Temperaturas e (II) Fluxo de denúncia nos equipamentos socioassistenciais. Ressaltou que a SMADS lançará uma Central de Vagas, a qual poderá ser positiva para tais impasses.

A Sra. Maria Lisabete (SMADS) explicou que ainda não há data definida para a inauguração da Central de Vagas. Todavia, apontou que seu funcionamento será por meio do 156 e que sua existência melhorará o fluxo, de modo que as vagas serão melhor administradas em todo o âmbito municipal. O Sr. Robson Mendonça relembrou a problemática da duplicidade de nomes nas vagas, ressaltando que isso não deve ocorrer. Cita o exemplo de uma pessoa que estava cadastrada em duas vagas efetivas em dois diferentes abrigos.

A Sra. Maria Lisabete (SMADS), quanto à referida duplicidade, colocou que não tem como dar uma resposta agora. A propósito, pontua sobre a repetição de cadastros no SISA, o qual está sendo aperfeiçoado em diálogo com a PRODAM. No tocante ao Censo PopRua, questionado pela Sra. Giulia, coloca que a previsão é a realização neste ano, porém sem maiores atualizações.

A Sra. Giulia passou à pauta do Programa de Metas. Explica que houve a consolidação do PdM, inclusive quanto às sugestões do Comitê. Indica que haverá reunião da Coordenação com a Secretaria de Governo para debater a Meta 16 e, portanto, as contribuições do Comitê serão importantes para subsidiar esse encontro. Passa à leitura da Meta 16.

A Sra. Júlia Lima iniciou as falas, expressando seu repúdio em relação à condução da elaboração do PdM. Coloca que houve uma reunião inteira do Comitê sobre o tema e que nenhuma das sugestões foram acatadas. Demonstra

preocupação com a iniciativa “Revisar a Política Municipal de Atendimento à população em situação de rua”, pois a Política é uma Lei, logo, não caberia revisão. Questionou se a revisão seria o decreto regulamentador, ou a criação do Programa Reencontro. Indicou que, em comparação com a versão anterior, as iniciativas diminuíram e ficaram mais genéricas. Colocou que, quanto à política para crianças e adolescentes em situação de rua, já existe o PL 235/2021 em tramitação na Câmara e que, se necessário, pode ser apresentado substitutivo. O Sr. Alderon sugeriu o envio de um ofício de repúdio à SGM, em virtude do não acatamento de nenhuma das sugestões do Comitê. Colocou que nenhuma das políticas previstas no PdM ajuda na saída das ruas, bem como não são pautadas na autonomia.

A Sra. Kelseny reforçou a fala da Sra. Júlia Lima, pontuando que a revisão da Política Municipal, que é uma Lei, por um Programa de Metas é inviável. Lembrou que já foi feita sugestão de que a reordenação dos serviços leve em consideração o território. Assim, havendo o fechamento de vagas, que haja a abertura no mesmo território. Colocou que não há nenhuma iniciativa para a implantação de bagageiros, pias, repúblicas ou moradia social, as quais foram sugeridas. No tocante à revisão das normas técnicas dos serviços de acolhimento e abordagem, questionou se tem relação com a revisão da Portaria 21/SMADS, que inclusive já teve sugestão do Comitê, a qual não teve retorno.

O Sr. Cleiton endossou a fala dos demais conselheiros, apontando que o Comitê se debruçou sobre recomendações ao Programa de Metas, porém sem que nenhuma das sugestões fosse acatada. Coloca que isso é desrespeitoso. Indicou que nenhuma das metas abarca pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas.

A Sra. Giulia iniciou sua fala ressaltando que existe um Plano, uma Lei e um Decreto, sendo que este será publicado em breve. Lembra que o Plano é de 2016 e que, com a publicação da Lei, necessita de revisão. Colocou que que, como estratégia, todos os temas suscitados poderão ser abordados na revisão do Plano PopRua. Ressaltou que indicará esse caminho à Secretaria de Governo.

A Sra. Júlia Lima endossou a importância de revisar o Plano PopRua, inclusive realizando balanço das medidas implementadas e não implementadas. Por fim, colocou que é necessário que SGM explique o que é o Programa Reencontro, a fim de que o Comitê possa contribuir.

A Sra. Maria Luiza Franco (SMS) apresentou a Sra. Érica, que passará a acompanhar também a pauta da saúde da população em situação de rua. Pontua que SMS tem reiterado ao Ministério da Saúde a necessidade da inclusão do campo “população em situação de rua” nos formulários.

Encaminhamentos:

1. Reunião de Trabalho - 10/08/2021, terça-feira, às 15h, pauta: população em situação de rua LGBTI e aprovação das atas das reuniões ordinária e extraordinário de julho;
2. Subcomitê Trabalho - 27/08/2021, sexta-feira, às 15h (verificar com SMDDET);
3. Envio de ofício para SMADS: denúncias CAE Família Art Palácio e Autonomia em Foco Armênia;
4. Enviar carta de resposta da SMDHC à manifestação anti-população em situação de rua;
5. Pauta da reunião do Comitê de Setembro: Operação Baixas Temperaturas;
6. Conversar com a equipe do Programa de Metas e convidar para reunião com o Comitê
7. Planejar a revisão do Plano PopRua de 2016;
8. Ofício à SMS questionando sobre a recusa em vacinação na PopRua;
9. Solicitar retorno por e-mail dos dados de vacinação da PopRua;